

A cidade em Portugal

Teresa Barata Salgueiro, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992 (439 páginas).

Um trabalho de síntese sobre a geografia urbana de Portugal, preocupado com uma análise evolutiva dos fenómenos relacionados com a urbanização, é algo que terá sido apreciado não apenas por geógrafos, mas por todos os que se interessam pelos estudos urbanos. Segundo as palavras da sua autora, tratou-se de colmatar uma lacuna bibliográfica, devido à inexistência de «uma obra que se distinga pela sua generalidade, que apresente a visão da cidade do ponto de vista geográfico» (p.12).

Este livro não disfarça as suas características didáticas e constitui, indubitavelmente, uma referência obrigatória para as disciplinas de geografia ou de sociologia urbanas. Embora a discussão de aspectos teóricos elementares na análise dos fenómenos urbanos não constitua uma prioridade (como é sublinhado pela autora no prefácio), a estrutura do livro está em perfeita sintonia com a caracterização clássica das modalidades de análise da cidade por parte da geografia urbana. A uma escala macroanalítica, a cidade é entendida em função das relações que mantém com outras cidades e com a sua área de influência. Os conceitos básicos que suportam esta análise são os de rede urbana, de sistema urbano ou de área de influência. Numa escala microanalítica é a «estrutura interna das aglomerações» urbanas que se procura elucidar. Neste caso, fala-se mais frequentemente de morfologia urbana e de segregação funcional. Exceptuando o último capítulo, que escapa a esta lógica dicotómica, os quatro restantes capítulos repartem-se equitativamente por estas duas modalidades de análise. Assim, o leitor encontrará nos dois primeiros capítulos a apresentação das características do processo de urbanização em Portugal (capítulo 1) e da rede urbana e distribuição de funções urbanas (capítulo 2). Em contrapartida, os capítulos 3 e 4 são destinados, respectivamente, à análise morfológica das cidades e à distribuição de actividades económicas e sociais pelo espaço urbano. O último capítulo do livro, intitulado «Problemas relacionados com o crescimento urbano», constitui como que uma apresentação da função social da geografia urbana, na defesa do património ou na organização

de formas de planeamento urbano que conduzam a uma melhor qualidade de vida.

Nas palavras da autora, o primeiro capítulo pretende fornecer uma panorâmica geral da urbanização enquanto realidade estatística e das características da sua evolução. Não é, porém, uma digressão pelos conceitos de urbanização ou de cidade que é proposta. Ao invés, o ponto de partida é menos abstracto e também menos esperado. A elucidação do que é uma cidade é procurada nas razões por que se tem aplicado, ao longo do tempo, aquela denominação. A conclusão de que a elevação à categoria administrativa de cidade tem sido o resultado de variados critérios (religioso, económico, demográfico, etc.) constitui o ponto de passagem para uma outra etapa: ultrapassar a designação administrativa como factor distintivo da especificidade do facto urbano.

Este é o momento escolhido pela autora para introduzir uma definição conceptual de cidade (p. 26), fazendo realçar a sua dimensão e densidade de povoamento, bem como a complexidade económica, social ou institucional associada a uma concentração mais intensa de indivíduos. A definição de urbanização que apresenta não radica apenas numa perspectiva estatística e demográfica do crescimento da população residente em aglomerados urbanos. A urbanização é igualmente um modo de vida, seguindo a expressão consagrada por L. Wirth, o que introduz problemas adicionais na definição do conjunto de habitantes que constitui a população urbana. Porém, a perspectiva comportamental proposta por Wirth acaba por permanecer como uma referência retórica, pois é a abordagem estatística que sustenta a análise desenvolvida. Em contrapartida, nota-se a ausência de uma definição de urbanização numa perspectiva estrutural, correctivo à perspectiva meramente demográfica de urbanização, e que teve a sua expressão mais recente na obra de Jan de Vries (*European Urbanization, 1500-1800*).

O cálculo da população residente em centros urbanos — condição essencial para o estudo da urbanização — revela algumas dificuldades, referenciadas pela autora. A escolha do limiar de habitantes que distingue os aglomerados urbanos de outras povoações, as comparações no tempo e no espaço ou a definição dos limites territoriais de um dado centro urbano ilustram essas dificuldades (p. 28). Ficam por salientar os problemas decorrentes da forma de organização dos dados estatísticos, mesmo após o início regular dos trabalhos censitários. A categoria de «lugar» não existia nos censos antes de 1911 e só a partir de 1940 surge de forma sistemática, inviabilizando o cálculo directo da população aglomerada. Tornar comparáveis ao longo do tempo os valores da população urbana é, por isso, uma tarefa complicada.

Estas dificuldades estão presentes na análise dos indicadores do processo de urbanização em Portugal. A apresentação da dimensão média dos centros urbanos e da distribuição da população urbana por diferentes classes é realizada apenas a partir de 1911 e deixando de parte os censos de 1920 e 1930. É certo que o estudo da evolução da população urbana recua até 1527, num assinalável esforço de conferir espessura temporal à análise do

processo de urbanização, mas sem qualquer referência às diferenças existentes entre as informações fornecidas por fontes com formas distintas de organização¹. Por outro lado, os problemas relacionados com a definição territorial da aglomeração urbana acrescentam outras dificuldades na comparabilidade dos valores relativos aos habitantes de cada cidade em diferentes momentos. A título de exemplo, veja-se o caso de Lisboa, em que a população apresentada para 1801 está nitidamente subavaliada.

Os resultados da análise do processo de urbanização em Portugal destacam algumas conclusões importantes. A primeira refere-se à fraqueza e juventude do crescimento urbano no nosso país. Esta relativização da profundidade do processo de urbanização em dimensão e longevidade temporal é deixada a cargo do leitor. Seria, porventura, mais útil que fosse sistematicamente assumida no argumento do livro, através da apresentação de indicadores sintéticos sobre os níveis e graus de urbanização, comparando-os com os evidenciados por outros países. O quadro n.º 1.3, com informações sobre o nível de urbanização em vários países para os anos de 1975-1983, não é apresentado com este fim. Os ganhos não estariam meramente na comprovação da fraca intensidade e do carácter tardio do crescimento urbano em Portugal. Ajudariam igualmente a compreender algumas características da evolução da urbanização no país.

A segunda conclusão sublinha que o aumento da taxa de urbanização a partir da década de 60 se processa através de uma alteração da estrutura da distribuição da população pelos centros urbanos de diferentes dimensões (pp. 44-45). Evidencia-se um relativo dinamismo dos pequenos aglomerados e principalmente dos centros regionais. Estes últimos teriam beneficiado com «alguma descentralização registada nos investimentos e mesmo na estrutura do aparelho de estado» (p. 48). Os pequenos centros urbanos teriam visto o êxodo urbano estancar, mercê das dificuldades nos fluxos emigratórios e do movimento de descentralização de investimentos e funções.

No entanto, o processo de urbanização no período anterior a 1911 encontra-se fracamente documentado. A escolha de dois momentos (1527 e 1801) para cobrir um período de 400 anos não creio que conduza a resultados interessantes, acabando naturalmente a análise por se concentrar nos 70 anos que medeiam entre 1911 e 1981. Perde-se, assim, a oportunidade de comparar a evolução do crescimento urbano em Portugal com o que ocorreu noutros países ao longo do século XIX, nomeadamente no que diz respeito a uma análise mais fina da distribuição da população urbana por grupos de cidades com diferentes dimensões e características.

A rede urbana e a análise funcional das cidades são o tema do segundo capítulo. A aplicação dos conceitos de rede urbana e de lugar central divide-o em duas partes distintas. Numa primeira parte, a análise da distribuição geográfica das cidades e da população urbana ou a aplicação da

¹ A nota do quadro n.º 1.4 refere-se, inclusivamente, à população residente nos *lugares* com um determinado limiar mínimo de habitantes desde 1527.

rank-size rule dão primazia à detecção das características dos sistemas urbanos. A abordagem subsequente da formação das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto constitui, neste caso, uma continuação do estudo das características da rede urbana portuguesa, olhando para o seu topo. Numa segunda parte, correspondendo aos subcapítulos 3 e 4, é o conceito de lugar central que sobressai como modelo de análise, procurando detectar-se como diferentes cidades estruturam as suas áreas de influência e de que modo a hierarquia urbana se organiza em torno de diferentes funções.

Dá-se como provado que os centros urbanos portugueses em 1527 ou em 1981 se estruturavam num sistema urbano. A partir desta premissa essencial, a autora compara a distribuição geográfica das cidades em 1527 e 1981, destacando as profundas alterações existentes, particularmente no que se refere à perda de importância do Alentejo interior como área de forte concentração de centros urbanos. O que se passou nestes 450 anos de molde a alterar as áreas de concentração urbana é algo que ficará para outras investigações.

A afirmação de que entre 1527 e 1801 não existem «modificações importantes na rede urbana» portuguesa (p. 69) dificilmente pode ser subscrita. O crescimento acelerado do Porto e a sua ascensão a indiscutível segunda maior cidade processam-se a partir do final do século xvii e aceleram-se nos dois séculos seguintes. A comparação das curvas de Zipf entre 1527 e 1801 e a análise que a própria autora estabelece na p. 70 retratam o forte aumento demográfico da cidade do Porto, bem como modificações importantes nas cidades intermédias. Este ritmo de expansão da segunda cidade, com taxas de crescimento superiores às registadas na capital durante o século xix, demonstra a singularidade da evolução do sistema urbano português. Num século de reforço da posição demográfica das capitais, Lisboa é um dos raros casos europeus em que tal não sucede.

Para Teresa Barata Salgueiro, no sistema urbano português «a situação de macrocefalia é muito acentuada, mas o pólo dominante é duplo e constituído pelas cidades de Lisboa e Porto» (p. 70). A partir desta constatação, a autora tenta, em primeiro lugar, saber se esta situação de macrocefalia se estende a outros indicadores económicos, sociais e culturais, procurando igualmente descortinar a sua evolução entre 1940 e 1981. Em segundo lugar, vai analisar a formação das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Destaquem-se as conclusões que estabelece sobre a análise comparada das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, nomeadamente o diferente grau de polarização destas duas cidades relativamente às suas áreas de influência (pp. 101-102). As diferenças observáveis entre Lisboa e Porto são um ponto recorrente ao longo do livro. Em aspectos tão distintos como a estruturação das relações de dominância e influência nas respectivas áreas metropolitanas, o efeito de atracção sobre os fluxos migratórios ou a estruturação das relações com os subúrbios (p. 345), os loteamentos clandestinos (p. 204) ou as formas de habitação popular e operária (pp. 193-197) surgem comportamentos próprios nas duas maiores cidades do país.

A compreensão das áreas de influência dos centros urbanos e dos seus papéis como lugar central é fundamental para compreender a estruturação das relações de hierarquia num sistema urbano. O sistema de funções urbanas e lugares centrais é encarado através de uma panorâmica de vários estudos de carácter regional (o caso de Évora, estudado por Jorge Gaspar), sectorial (a acessibilidade ao transporte interurbano de passageiros, analisada por Rosário Alves e J. Lemos) ou mesmo multisectorial (caso dos trabalhos de M. J. Palla e J. Caetano *et al.*). Também o tópico sobre as áreas de influência dos centros urbanos é tratado com base num conjunto de estudos de caso antes de passar à última parte deste segundo capítulo, em que se procura estabelecer uma classificação dos centros urbanos portugueses de acordo com o tipo de funções desempenhadas. Creio que seria mais útil inverter a abordagem. Isto é, começar pela classificação funcional e hierarquia dos centros urbanos, para apenas passar para os estudos de caso sobre áreas de influência num segundo momento. Assim, os estudos de caso poderiam ser baseados em diferentes características funcionais das cidades, que se reflectiriam na estruturação das áreas de influência.

A análise funcional das cidades desenvolve-se segundo dois critérios. No primeiro utiliza-se uma classificação descritiva dos centros urbanos, consoante o desempenho de uma função especializada. Certas cidades são classificadas como centros culturais, outras como centros religiosos, outras ainda como cidades industriais. Análise descritiva, raramente apoiada em estudos empíricos sobre as cidades, que são arrumadas na taxonomia proposta. O segundo critério é mais interessante. Trata-se de constituir um conjunto de variáveis que possam ter características discriminantes quanto às funções desempenhadas pelos diferentes centros urbanos. Tenho algumas dúvidas quanto à escolha das variáveis, nomeadamente devido à inexistência de indicadores sobre os equipamentos urbanos instalados. Porém, os mapas resultantes da análise factorial são bastante claros, tendo-se o cuidado de trocar as legendas dos mapas n.^{os} 2.34 B e 2.34 C. Realça-se o peso das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, no que diz respeito às variáveis conotadas com o desenvolvimento económico e social, ou o papel de centros terciários regionais, desempenhado pelas capitais de distrito.

O terceiro capítulo aborda a morfologia das cidades. A fundação de cidades, o tipo de traçado escolhido para o estabelecimento de um aglomerado populacional, mas também as características morfológicas assumidas pelo seu desenvolvimento e intervenções subsequentes, são aspectos destacados neste capítulo. Para Teresa Barata Salgueiro, três períodos (medieval, pombalino e contemporâneo) podem distinguir a análise do desenvolvimento da forma dos núcleos urbanos em Portugal, quer devido à fundação de novas cidades, quer porque se procedeu a alterações importantes no tecido urbano. Não se trata verdadeiramente de uma periodização do desenvolvimento urbano, mas antes da escolha de alguns períodos em que se podem detectar casos exemplares de criação ou transformação da estrutura física das cidades. Quando aborda as fases de desenvolvimento urbano mais recente, a autora debruça-se com algum detalhe sobre as estratégias de

organização do alojamento operário e popular, numa análise basicamente circunscrita a Lisboa e Porto, deixando algumas notas comparativas com experiências de outros países.

A análise da morfologia das cidades portuguesas prolonga-se por outros tópicos: por um lado, a caracterização dos tipos de plantas e apresentação das cidades que se adequam a cada um dos tipos; por outro lado, as características do parque imobiliário e infra-estruturas urbanas, a partir da informação presente no censo de 1981. No que diz respeito à disponibilidade de infra-estruturas básicas (electricidade, água, rede de esgotos) nos fogos, sempre relativamente a 1981, cartografa-se a situação existente em cada distrito, bem como as características dos alojamentos. Neste caso, o espaço de análise já não são os aglomerados urbanos, mas todos os núcleos populacionais, mudança que não é justificada, nem sequer explicitada.

Este capítulo termina com uma abordagem dos agentes de produção do espaço urbano. Realça-se por várias vezes a importância dos agentes privados (construtores, promotores, sociedades financeiras e consumidores) face à relativa fraqueza da intervenção pública. Exemplifica-se pelo reduzido impacto dos planos de ordenamento ou pela fraqueza da intervenção do governo central ou autarquias no mercado de habitação. Porém, as razões para a ausência das entidades públicas no modelamento do espaço urbano nunca são explicitadas, o que constitui um tema importante, nomeadamente na análise comparativa dos mecanismos de intervenção pública, quer através do planeamento urbano, quer das políticas de habitação social. Mesmo os dados sobre a intervenção dos agentes privados são muito reduzidos, com excepção dos parágrafos que são destinados ao surto de desenvolvimento das grandes sociedades imobiliárias nos anos 60 (suportado pelo excelente trabalho desenvolvido pela autora sobre mercado da habitação e estrutura urbana na área suburbana de Lisboa). Denotando as dificuldades de síntese pela inexistência de trabalhos monográficos, também o período de passagem de Duarte Pacheco pela Câmara de Lisboa é o que se encontra melhor analisado.

O objectivo do quarto capítulo é apresentar o modo como as actividades económicas e os grupos sociais partilham o espaço urbano, daí resultando um «padrão de usos segregados». Sucessivamente, a indústria, o comércio e serviços, a habitação, as infra-estruturas e equipamentos vão sendo analisados em função do seu contributo para a segregação funcional do espaço urbano. A localização industrial é abordada segundo várias perspectivas. Em primeiro lugar, uma introdução geral aos problemas relacionados com a distribuição da indústria pelo território nacional. Em seguida, com base em estudos efectuados sobre a localização industrial em diversos centros urbanos, como Coimbra ou S. João da Madeira, aborda-se a formação e desenvolvimento das áreas industriais. Por último, são analisadas as características das actividades industriais desenvolvidas no centro das cidades e nas áreas periurbanas.

A localização das actividades comerciais e de serviços merece igualmente uma leitura atenta. Assinale-se a reflexão interessante sobre o modo

como a morfologia das cidades portuguesas — falta de tradição de praças centrais — vai gerar centros comerciais com uma forma linear, correspondente aos eixos viários mais importantes. As «ruas direitas» existentes em vários centros urbanos são um exemplo desta função de faixas comerciais. De igual modo, a localização comercial em Lisboa e Porto desdobra-se em alguns estudos pormenorizados, com particular destaque para os que tratam a zona do Marquês de Pombal-Rato e a Avenida Almirante Reis.

Face aos objectivos traçados, o livro de Teresa Barata Salgueiro cumpre-os mais que satisfatoriamente. Representa um excelente guia para o estudo da geografia urbana em Portugal, sendo, simultaneamente, de leitura obrigatória para especialistas de outras áreas de estudo das cidades. Face a esta vocação abrangente — que não é fortuita, mas antes procurada, como está, aliás, reflectido na bibliografia —, as soluções encontradas não são, por vezes, as mais apropriadas, como creio que está patente na dimensão histórica da urbanização. Mas tal não pode fazer esquecer os méritos desta abordagem. Pelo contrário, ela permanece como um incentivo para que os estudos fragmentados sobre a cidade possam dar lugar a obras de síntese.